Agribusiness: preocupações no curto prazo, ótimas perspectivas no médio prazo



Ney Bittencourt de Araújo

Ney Bittencourt de Araújo, 58 anos, é presidente da Agroceres, uma empresa que está completando 50 anos de atuação na agricultura brasileira. A Agroceres pesquisa, produz e comercializa sementes de milho híbrido, de hortaliças e de sorgo, além de matrizes e reprodutores híbridos de suínos, matrizes para frango de corte e produtos para nutrição animal.

Ney Bittencourt é engenheiro-agrônomo, formado em 58 pela UFMG-Viçosa. Líder empresarial consagrado, Ney participa da direção de várias entidades de classe. É diretor da Sociedade Rural Brasileira e da International Association of Agribusiness, com sede em Boston. Mas é à Associação Brasileira de Agribusiness — Abag, da qual é presidente e fundador, que mais se dedica. Ney Bittencourt tem opiniões bastante originais em comparação às da maioria dos empresários brasileiros. Confira, a seguir, nessa entrevista concedida com exclusividade à **Agroanalysis**.

■ *A recessão do agribusiness brasileiro já foi superada?*

— Diria que sim, ou que estaríamos muito perto disso. Mas, primeiro, é preciso deixar claro que estamos falando da recessão particular do agribusiness, e não da recessão geral da economia brasileira, do processo de estagnação com inflação, vivido até há pouco. Estamos falando da recessão do agribusiness. Essa recessão teve início na segunda metade dos anos 80, com a desarticulação do sistema de crédito rural.

É interessante observar, e pouca gente nota isso, que a recessão do agribusiness sempre vem em ondas sucessivas. Isso é uma característica. A primeira onda, no caso recente do Brasil, veio depois do Plano Cruzado e atacou a fazenda, a propriedade agrícola em particular. Depois, a queda da liquidez da agricultura fez o produtor se encolher em relação à indústria de insumos e veio a crise da indústria de insumos, de máquinas agrícolas, de fertilizantes, de sementes. É o que nós chamamos de segunda onda. As vendas das indústrias para a agricultura caíram por causa da menor liquidez do produtor. Essas duas ondas geraram uma terceira, que foi a crise do "depois da porteira da fazenda", a crise da indústria de processamento.

■ *E a recuperação?*

— Como eu disse, essas crises sempre são seqüenciais e também a recuperação é seqüencial. Primeiro se recupera o agricultor, depois se recupera a indústria de insumos e só depois a indústria de processamento. É uma coisa lógica para quem pensa em termos de agribusiness, de cadeias integradas, mas as pessoas só agora começam a se dar conta disso.

■ *Em que medida a recessão, principalmente da indústria de processamento, não se confundiu com a recessão da economia?*

— É claro que se confundiu. Mais do que isso. Agravou os efeitos da recessão do agribusiness. Até porque o agribusiness é um ramo de negócios tão grande — cerca de 40% do PIB — que é natural que seu desempenho, sob alguns ângulos, se confunda com o desempenho da própria economia.

Todos os segmentos que têm ciclos produtivos longos, como a indústria de insumos e a própria agricultura, foram especialmente prejudicados pelas altas taxas nominais de juros, pela escassez de financiamento e, sobretudo, pelo maior risco de se tomar crédito.

■ *Em que segmento do agribusiness a recessão foi mais profunda?*

— Houve um grande problema na área de insumos, principalmente. Além de resolver seus próprios problemas de liquidez, as empresas produtoras de insumos tiveram que substituir parcialmente as fontes tradicionais de crédito rural no financiamento de safra. Na verdade, não foram só os produtores de insumos. Houve uma espécie de associação dos elementos "antes da porteira" e "depois da porteira" para resolver o problema de financiamento, ainda que de forma parcial. Mas empresas de insumos não são empresas bancárias, elas não estavam estruturadas para administrar um processo desse, que é tipicamente financeiro. Uma empresa de semente, de gené-

tica, que se mete a ser financeira, ela não será uma boa financeira. Ela vai ser uma financeira mais ou menos.

■ *Quando se iniciou o processo de recuperação?*

— Graças ao próprio fenômeno de mercado, essa crise na agricultura reverteu a partir de 90, com os preços dos produtos agrícolas puxando a inflação. A agricultura, que sempre foi o tampão inflacionário, passou a pressionar a inflação para cima. Os preços agrícolas relativamente altos permitiram à elite da agricultura, à elite das firmas de insumos, à elite da agroindústria se ajustarem, entrando novamente numa situação de liquidez.

■ *A sobrevalorização cambial pode atrapalhar a recuperação?*

— Nós já sentimos, em 94, algumas dificuldades em decorrência do câmbio sobrevalorizado. É bom lembrar, porém, que o ajuste cambial foi feito depois do pico da exportação agrícola, lá para julho/agosto. A exportação de grãos foi afetada, mas não foi nenhuma barbaridade. Esse ano, a coisa pode ser bem mais grave.

Mas no ano passado tivemos dois fenômenos que também podem prejudicar a melhoria de liquidez da agricultura. O primeiro foi a geada, que prejudicou várias culturas. A safrinha de milho, por exemplo. Em regiões de alta tecnologia, como em Cândido Mota, em São Paulo, o agricultor chegou a perder 80% da safra. A cana também foi afetada pela geada e pela seca, assim como o café e diversas outras culturas. O segundo foi a seca que atrasou o plantio em geral. No Centro-Oeste, isto não é tão grave, porque é comum um ano de plantio tardio. Mas, de São Paulo para baixo, o negócio é mais sério. Não houve safra do feijão das águas, o que prejudicou apenas momentaneamente o fornecimento de feijão, mas afetou a liquidez da agricultura. E isso é que é mais importante.

Em suma, 1995 deve ser um ano difícil para o agribusiness. A recuperação da agricultura foi prejudicada pela geada e pela seca; o crédito rural foi curto demais e com taxas de juros impraticavelmente altas; o câmbio deve permanecer sobrevalorizado em pleno período de comercialização da safra de grãos.

A situação será mais séria ainda no Centro-Oeste. A produção de soja de Mato Grosso, certamente, será gravosa. Só será salva se funcionar o preço mínimo, se o preço mínimo for honrado, um preço mínimo que foi feito para resolver o problema do Banco do Brasil com os produtores inadimplentes. E isso não é em *off*, pode publicar. O preço mínimo extraordinariamente alto da soja foi feito só para resolver o problema do Banco do Brasil.

A produção de soja de Mato Grosso será gravosa. Só será salva se o preço mínimo for honrado, um preço mínimo que foi feito para resolver o problema do Banco do Brasil com os produtores inadimplentes.

■ *E o preço mínimo será honrado?*

— Acho que não. Veremos. O governo não irá se preocupar com a área produtiva em 1995, e não deve se preocupar mesmo. As prioridades governamentais devem ser a reforma da Constituição, o ajuste do Estado e a reforma fiscal e monetária. Esses são os grandes temas. A manteiga para passar no pão, de um ou de outro lado, será muito pouca. Vejo um ano muito tumultuado para o agribusiness, porque tudo aquilo que o agricultor perde de renda se reflete de imediato na demanda de insumos. A comercialização deverá ser extremamente complicada, porque não há recursos do governo para apoiá-la e não há tempo para modernizá-la. Não dá para fazer isso de uma hora para outra.

■ *Qual é o principal entrave a uma estrutura de comercialização mais moderna?*

— O problema da modernização da comercialização está extremamente amarrado ao problema tributário. O ICMS, do tamanho que é, torna a sonegação quase compulsória. Quero dar o exemplo da Argentina. A Argentina, em 83, verificou que deveria ter uma bolsa de físico funcionando bem para que pudesse vir a ter um mercado de futuros sólido. Criaram um incentivo fiscal sobre o IVA, que corresponde ao nosso ICMS. O produtor que comercializasse em bolsa ficaria isento de 2/3 do IVA. Quem não fosse para a bolsa continuaria pagando 17%, ou sonegando. Quem vendesse em bolsa pagaria cinco e poucos por cento. E o que aconteceu na Argentina? Todo mundo foi para a bolsa. A Argentina modernizou rapidamente sua comercialização de grãos e o governo arrecadou mais. Isso é coisa já testada, que todos os secretários da Fazenda conhecem, mas no curto prazo ninguém quer assumir a responsabilidade.

■ *A cobrança antecipada do ICMS nas transferências de mercadorias entre estados só cria mais ineficiência.*

— No Brasil, só falta exigir passaporte para se atravessar de um estado para outro. Estamos promovendo a integração latino-americana. Mas precisamos fazer a integração dos estados brasileiros. Vou contar uma história que seria engraçada se não fosse trágica. A Agroceres vende semente a preço CIF, como as empresas de cigarros. O preço da semente é igual em todo o canto. A Agroceres desenvolveu um sistema de computador para melhorar a distribuição, tornando-a mais econômica. Mas aí veio o ICMS sobre sementes, o que é um absurdo, porque o agricultor não recupera o imposto pago por causa da inflação. O produtor compra semente e recebe um crédito do ICMS que foi recolhido pela Agroceres. Mas ele só poderá usar esse crédito meses depois, quando for comercializar a safra. O Confaz discutiu a isenção de ICMS para sementes. A proposta não passou porque Sergipe e acho que o Piauí não aprovaram e o Confaz exige unanimidade de decisão. Os representantes daqueles estados estavam muito revoltados, porque seus bancos estaduais tinham sofrido intervenção do Banco Central. E votaram contra. Todos os estados onde semente é importante, onde agricultura é importante, fizeram o diferimento do ICMS da semente

dentro de suas fronteiras. Isso é verdade em Minas, Goiás, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros. Mas quando a semente sai de um estado para outro, o imposto tem que ser pago antecipadamente.

A Agroceres tem uma unidade de produção em Santa Cruz das Palmeiras, em São Paulo, que está mais ou menos a 80km de Poços de Caldas. A unidade de sementes mais próxima de Poços de Caldas em Minas está mais ou menos a 600km. Pois é mais barato levar sementes para Poços de Caldas da unidade de Minas do que de Santa Cruz das Palmeiras, apesar da distância quase 10 vezes maior. Nosso *software* é usado para racionalizar o ICMS, não o custo do transporte.

É evidente que isso interfere na formação de preço do frango, lá na frente da cadeia produtiva. Mas para compreender a real dimensão do problema é preciso trabalhar com o conceito de agribusiness. E isso ainda está restrito a poucos. Veja a imprensa, por exemplo. São poucos os títulos especializados que vêem a agricultura com todos os seus componentes. A grande maioria está preocupada com a eficiência da produção de milho, da chocadeira ou do trator. Não têm uma visão clara de cadeia, da eficiência do sistema. Não são capazes de olhar o agribusiness de forma sistêmica.

■ *O governo já sinalizou que a política agrícola será bem menos ambiciosa, com os preços mínimos aplicados só em situações especiais, os VBC talvez desaparecendo. O que o senhor acha disso?*

— Olha, eu acho que a política agrícola não deve ser discutida agora. É claro que o governo já definiu algumas coisas. Mas as prioridades da equipe governamental neste momento são de outra ordem. Eu prefiro acreditar que haverá espaço para rediscutir a questão agrícola, sabendo que, dessa rediscussão, terá que sair alguma coisa nova. Temos que modernizar a comercialização. Porque não existe possibilidade de equilíbrio de preço agrícola se não houver intervenção do Estado. Nenhum país conseguiu fazer isto, e se algum fizer, temos que copiar. Mas essa intervenção do governo não pode acontecer, como hoje, no mercado físico. Não é só o problema de corrupção. É de burocracia, da incapacidade de o governo administrar físico. Mas o governo pode administrar papel. O Banco Central é o melhor administrador de papel que existe no Brasil. Pode ser o certificado de mercadoria garantida, a cédula do produtor, o que for, o papel que represente o físico. E aí você fez uma mágica, uma mágica nada fácil de fazer. Eu acho que o governo estará disposto a conversar. Mas, nesse momento, a equipe governamental não tem cabeça para discutir detalhes. Olha, eu vou dizer uma heresia: a comercialização de 1995 será extremamente conturbada, e eu torço para que ela seja a mais conturbada possível. Aí nós teremos mais condições de procurar as autoridades e mostrar o custo da desatenção, da incompetência em relação a um setor absolutamente vital para a economia.

O ICMS é um absurdo porque o produtor não recupera o crédito tributário por causa da inflação. Ele só poderá usar o crédito meses depois, quando comercializar sua safra.

■ *Quais são os problemas mais urgentes da agricultura brasileira?*

— O gargalo não é tecnológico. Temos uma massa crítica de agricultores que já possuem alta tecnologia. Já desenvolvemos pacotes tremendamente ajustados para a competitividade. Mas temos dois problemas que eu considero fundamentais. O primeiro é o de infra-estrutura. O nosso problema de transporte, de armazenamento na fazenda, de distribuição — principalmente transportes e porto. Na verdade, o agribusiness é uma atividade que exige um sistema de vasos comunicantes muito bem ajustados. Não há possibilidade de o agribusiness se desenvolver sem infra-estrutura. O segundo ponto é o problema tributário. Um sistema tributário como o brasileiro, das duas uma: gera ineficiência ou desonestidade.

■ *A falta de investimentos em infra-estrutura ameaça impedir a retomada do crescimento quando a estabilidade monetária se consolidar.*

— A carência de investimentos em infra-estrutura é mortal. Paramos de investir em infra-estrutura há muito tempo e, em conseqüência, não estamos explorando nossas vantagens comparativas. Por exemplo: o Centro-Oeste é o centro natural de convergência para a produção de carnes, em razão da produção de grãos de alta qualidade e de baixo custo. Mato Grosso tem uma produtividade média 30% maior que a de Iowa, que é a capital da agricultura americana.

Agribusiness é agregação de valor, e quanto mais eficientemente você agregar valor, mais competitivo você é. Rondonópolis não será, com as condições de estrutura que tem hoje, competitiva para transportar soja ou milho a 2 mil quilômetros, porque soja e milho valem US$100 ou US$200/t. Mas se transportar carne a US$1.000/t, ela já se torna competitiva. Esses fatores exigem investimento e esse investimento não vem.

■ *E a questão das perdas, do desperdício?*

— É extremamente grave. No Brasil não sabemos guardar. E o pior é que o retorno dos investimentos nessa área é fantástico. Podemos ganhar em competitividade 20 a 25% somente não desperdiçando. Não é preciso aumentar a produtividade. Nós perdemos na colheita, no armazenamento, no transporte, no processamento e nós perdemos na distribuição. Veja uma conta simplória: vamos dizer que o Brasil perca 20 a 25% de sua produção. Só de grãos são 14 milhões de toneladas. Supondo uma safra de 70 milhões, são US$2,1 bilhões por ano, cotando cada tonelada a US$150. Já os investimentos necessários para solucionar as perdas em transporte, armazenagem, conservação etc. foram orçados num estudo da Abag em US$15 bilhões. É curioso que as pes-

soas não pensem de uma forma racional com relação a isso.

■ *Com US$15 bilhões, investidos de uma só vez, deixa-se de perder US$2,1 bilhões por ano?*

— É isso mesmo. Está tudo explicado no livro da Abag. Em Mato Grosso, por exemplo, a coisa mais viável é chegar ao porto de São Luís pelo rio Madeira. Outro exemplo é a rodovia do Olacir de Moraes. Ela tem uma capacidade de *payback* fantástica, porque torna a produção de grãos do Centro-Oeste extremamente competitiva no mundo inteiro.

■ *Outra vez a idéia de cadeia integrada. Por que há cadeias que dão certo e outras que dão errado?*

— Existem cadeias bastante modernas e eficientes e uma delas, um exemplo típico, a do suco de laranja; outro exemplo é a do açúcar e do álcool. São cadeias em que todos os segmentos estão trabalhando com altíssimo nível. Mas há cadeias que não funcionam tão bem. A do café, por exemplo, só agora descobriu o mercado. A cadeia do leite, "depois da porteira" é muito eficiente, e "dentro da porteira" é uma tragédia. Na Argentina é o contrário. A alta produtividade da pecuária leiteira é anulada pela baixa produtividade da indústria. O consumidor argentino não é beneficiado porque a agroindústria do leite da Argentina é muito pior do que a nossa. O que o agribusiness do leite argentino ganha na produção primária, a indústria perde.

No Brasil, acabou-se com o produtor de algodão, aí os produtores brasileiros de fios ficaram fantasticamente felizes porque importaram algodão subsidiado dos EUA. E, de repente, eles ficaram tremendamente preocupados porque as tecelagens começaram a importar fios; aí as tecelagens ficaram muito felizes por poder importar fios, e então a indústria de confecção começou a importar o tecido de fora, aí a indústria de tecido está chiando porque está se acabando por causa da importação de tecido. E agora já começou a importação de confecção. Na verdade, a cadeia, por falta de unidade, vai sendo derrotada etapa por etapa.

■ *Por que é importante adotar o conceito do agribusiness na análise econômica?*

— É importante porque é um conceito sistêmico. O que interessa é o consumidor final. O sistema é desenhado a partir daí. Não adianta nada ser produtivo na fazenda, se você não é na agroindústria, no transporte, na distribuição. A eficiência tem que ser vista de uma forma global.

■ *Fale um pouco sobre o protecionismo dos países ricos.*

— O problema é sério e será resolvido de uma forma ou de outra. A melhor forma seria por meio de uma grande negociação. Mas estamos longe disso. Hoje, o Brasil está voltado para o modismo da abertura do mercado, da globalização da economia e com isso estamos ameaçando muitos setores tradicionais da indústria. Não estou falando de proteção à informática ou coisa parecida, porque sou contra isso. Mas setores tradicionais da indústria de alta capacidade de empregar mão-de-obra, como é o caso da área têxtil.

Por causa do ICMS, é mais barato levar sementes para Poços de Caldas (MG) da unidade de Minas do que de Santa Cruz das Palmeiras (SP), apesar da distância quase 10 vezes maior.

Em primeiro lugar, é preciso saber quem são os beneficiários do protecionismo dos países ricos. Não é o agricultor, é o agribusiness mesmo. Quando há um movimento sério na Europa para proteger o açúcar, altamente subsidiado, não é o produtor de beterraba realmente o "cara" central aí. São as grandes indústrias que ostentam o maior investimento no agribusiness europeu. O grande *lobby* não é do agricultor. É do agribusiness europeu. É a mesma coisa nos EUA. Algumas cidades americanas, como Los Angeles e muitas outras, por razões de controle ambiental, estão misturando álcool à gasolina, o que a gente faz há muito tempo. Eles usam milho para produzir álcool, o que é extremamente ineficiente. E é impossível competir com a cana-de-açúcar. Aliás, nada compete com a cana-de-açúcar por uma razão simples: a cana-de-açúcar gera a sua própria energia na produção de álcool, via bagaço, e ainda sobra energia para outras atividades. Nós produzimos álcool por 40% do custo com que o americano produz. Acho muito justo que possamos importar automóvel, trator e aviões americanos, produzidos muito mais barato que os nossos. Mas por que eles deveriam consumir o álcool americano, muito mais caro que o nosso? O conceito de livre comércio só é empregado pelos países ricos quando eles têm competitividade. Quando não têm, criam outros argumentos. O brasileiro pode botar um frango numa granja francesa mais barato do que o francês consegue produzir. No entanto, quando vamos vender frango para o Oriente Médio, encontramos forte concorrência da França, porque a França subsidia em 50% o preço do frango na exportação.

O Brasil está dando uma de trouxa. Abriu seu mercado unilateralmente, sem exigir qualquer contrapartida. E, em plena implantação do Mercosul, importa trigo subsidiado dos EUA. As lideranças agrícolas não podem permitir isso. Baseados na lei agrícola, temos que neutralizar o subsídio, via tarifa.

A população urbana brasileira está totalmente desinformada. Ela está fantasticamente motivada a comprar uma televisão melhor e mais barata, um automóvel melhor e mais barato, não imaginando que esse negócio está sendo feito de um lado só. Nenhum país se integra à economia internacional só comprando. Tem que vender também.

■ *A integração brasileira à economia internacional seria extremamente favorável ao agribusiness.*

— Claro. Somos competitivos. Este é o segmento mais competitivo da economia brasileira, como vários estudos já mostraram. Com a integração, seria multiplicada a capacidade do agribusiness de espalhar o de-

senvolvimento, de interiorizar o desenvolimento. Porque o agribusiness tem um segredo que é a agregação de valor, da forma mais eficiente possível. Quanto mais valor for agregado na área de produção, mais eficiente será o sistema. Mais empregos, melhores salários, mais oportunidades, mais receita fiscal, maiores lucros. E, sobretudo, melhor distribuição dos pólos de desenvolvimento. Mas, para isso, algumas coisas precisam ser realizadas e rápido. Nosso problema populacional não é mais o êxodo rural. São Paulo e outros estados já enfrentam problemas de êxodo da pequena cidade para a média e a grande. Já temos o êxodo urbano, em razão do número relativamente pequeno de oportunidades, de pólos de desenvolvimento.

■ *Por que os economistas, principalmente os chamados economistas agrícolas, resistem tanto à abordagem de agribusiness?*

— Porque eles pensam que perderiam alguma competência específica. Aliás, não existe mais profissão alguma que, por ela própria, possa explicar sistemas. A ciência não é mais de especialistas, é de grupos de especialistas, é de sistemas de pesquisa. Não existe o biotecnólogo. Existe o geneticista, o químico molecular, o bioquímico. Todos eles juntos são biotecnologia. Não existe um "cara" que é engenheiro de novos materiais. Existem grupos de especialidades que são organizados de forma sistêmica para o desenvolvimento de novos conceitos. Na economia é parecido. Agribusiness não é análise setorial: é macro. O economista rural típico, brasileiro ou não, ficou enjaulado numa suposta especialização: preso pela cerca da propriedade. E agribusiness é macroeconomia, não é micro.

■ *Sua participação no programa contra a fome causou estranheza a muitos empresários.*

— Saúde e educação são tarefas da sociedade, não são? Mas alimentação é ainda mais importante estrategicamente. A saúde e a educacão ficarão mais baratas para a sociedade. Quantos brasileiros são miseráveis? Trinta e cinco milhões, conforme o mapa da fome? Não importa se são 20 milhões, 5, 4, 1 milhão. Sejam quantos forem, é gente pra burro! Para contorná-lo, não digo para resolvê-lo, o problema da miséria passa por um subsídio emergencial à alimentação. Não há agricultura capaz de alimentar um sujeito (com emprego) que ganha R$100 por mês! Proposta inusitada? Nem tanto. Nos EUA, 10% da população se alimentam com *food stamp*. Comem porque têm subsídio! Alguém disse que o Betinho reconciliou a esquerda com o sentimento da caridade. É verdade. Mas isso não é exclusividade da chamada esquerda. Aliás, eu ouvi da campeã mundial de liberalismo econômico, Margaret Thatcher, a seguinte declaração: "Apesar de toda a evolução da economia e do saber, as virtudes fundamentais da humanidade ainda são fé, esperança e caridade".

Os produtores brasileiros de fios ficaram felizes porque importaram algodão subsidiado dos EUA. E, de repente, ficaram preocupados porque as tecelagens começam a importar fios... E agora já começou a importação de confecções.

■ *Passando ao Mercosul, quais os rearranjos empresariais mais prováveis?*

— Qualquer integração de mercado tem três fases: uma fase política, uma fase econômica e uma fase social, cultural e trabalhista. E aí vira praticamente um país só. No Mercosul, a definição política, a intenção, é clara. Mas ainda estamos discutindo Mercosul como se fosse uma partida de futebol. A Argentina vem com tudo e nós temos que ir com tudo para ganhar de goleada! E não é nada disso. Seria, sim, na comparação com o futebol, formar uma seleção única para jogar com outros países. Juntar as forças para disputar outros mercados. Para sermos mais competentes. Mas ainda estamos superpreocupados com o que vamos vender para a Argentina e eles com o que poderão vender para nós. A agricultura brasileira achando que será destruída pelo Mercosul e o industrial argentino achando que será engolido pela indústria brasileira.

Não é assim que se promove integração regional. O clima tem que ser de ganha ganha e nunca de perde ganha.

■ *E por que essa desconfiança?*

— Talvez porque algumas condicionantes do sucesso da integração não tenham sido ainda atendidas. Por exemplo, é necessário que a situação econômica dos parceiros seja razoavelmente equilibrada. E esse não é bem o nosso caso. Mesmo com a inflação brasileira em 2 a 3% ao mês, ainda não dá para conversar com quem tem 9% ao ano. Além disso, as políticas cambial, fiscal e tributária precisam ser ajustadas com sintonia fina. Por último, os parceiros precisam ter clareza em relação à estratégia de comércio exterior a ser adotada durante o processo de integração, sobretudo em relação aos terceiros mercados.

Na Europa, esses pontos foram definidos há 40 anos, e a integração planejada ainda não se completou.

■ *A instabilidade argentina também atrapalha, não?*

— Principalmente a questão do câmbio. Em razão do câmbio sobrevalorizado, eles reduziram, e depois zeraram, os impostos de exportação. Em seguida, criaram um crédito de exportação, o *reintegro*. No caso do óleo e do farelo de soja, o *reintegro* é de 6%. Isso significa US$12/t de soja. Como o Brasil, que tributa suas exportações, poderá competir com um parceiro que dá um prêmio de US$12/t a seus exportadores de farelo e óleo? E se a venda for para o Brasil, há *reintegro*? Essa pergunta ninguém sabe responder! A parte econômica do Mercosul está sendo conduzida, por nós brasileiros, de forma superficial, atabalhoada e dominada por burocratas. O rearranjo requer um ajuste tão forte que pode pôr em risco o próprio processo. E esse é o meu medo, porque sou completamente favorável à integração de nossos países.

O único país que está nadando de braçada no Mercosul é o Uruguai.

Uma economia pequena, com pouca participação no processo produtivo e com o povo mais bem-educado entre os quatro signatários. Três milhões de habitantes, uma população igual à do bairro da Mooca, em São Paulo. Resolveu ser o paraíso fiscal do Mercosul. E já é. Você não ouve mais falar de ilhas Caimã. O pessoal faz tudo em Montevidéu, onde é muito mais fácil.

■ *Mas se, apesar de tudo, o Mercosul se viabilizar, abrem-se boas perspectivas, não?*

— Sem dúvida. Esses quatro países unidos têm incrível potencial para a produção de carnes de aves, suínos e bovinos, produtos com ótimas perspectivas no mercado externo. A demanda internacional de carnes já está crescendo e crescerá ainda mais com o aumento de renda dos países asiáticos. A Coréia já percebeu que não tem condições de se auto-suprir. A China será um grande importador de alimentos. Eles têm sérios problemas para expandir significativamente a produção agrícola. A água, por exemplo, é um fator extremamente escasso na China. Eles conseguem sobreviver à base de uma dieta muito pobre. Mas a composição da demanda está se alterando agora, com o crescimento industrial. A China é hoje o maior importador de soja e será o maior importador de comida nestes próximos cinco, 10 anos. E não é só isso. Os outros tigres asiáticos também não têm condições de assegurar o suprimento da demanda maior e mais sofisticada que vem surgindo com o crescimento industrial. Só dois países têm condições de aumentar a oferta de alimentos na Ásia. São a Tailândia e a Indonésia. E a Malaísia também. Mas é muito pouco em relação ao tamanho do mercado que está se formando.

Onde é possível ampliar, rápida e significativamente, a oferta de carnes no mundo? Na Europa, nos EUA, na África? Claro que é no Mercosul, em especial na faixa que vai do Brasil central até o sul da Argentina. Essa área tem uma competitividade fantástica. Tem condições fantásticas de ciclicidade climática. Do ponto de vista estratégico, o Mercosul é um achado. Nossa produção agropecuária se concentra no período de inverno no Hemisfério Norte. E carregar estoques entre o verão, época da produção, e o inverno, custa caro. Nós podemos suprir os mercados do Hemisfério Norte produzindo exatamente no período do inverno deles. Aliás, o preço do morango caiu, no Brasil e na Argentina, pelo fator ciclicidade. Vendemos morangos para os argentinos na época do morango aqui e importamos deles na época do morango lá.

■ *Mudando de assunto. A questão fundiária é um de seus temas prediletos. E o senhor tem opiniões incomuns em relação a seus pares, os empresários brasileiros. Reforma agrária ainda é um tema relevante?*

Não há agricultura capaz de alimentar um sujeito que ganha R$100 por mês!... A questão da fome, no Brasil, passa por subsídio à alimentação. Proposta inusitada? Nos EUA, 10% da população se alimentam com food stamp. Comem porque têm subsídio.

— É, sem dúvida! Não para aumentar a produção agrícola, não para reduzir os preços da alimentação. A reforma agrária não favoreceria o aumento da produção. Mas é importante, sim, por razões sociais. Estancar ou reduzir o êxodo rural e o êxodo urbano, a saída da juventude das pequenas cidades em direção às megalópolis.

A reforma agrária é um paliativo que vale a pena. Serviria para aliviar, não para resolver, as tensões rurais e urbanas, para preservar uma geração e ganhar tempo para educar, treinar a seguinte. Nossa reforma agrária não se impõe por razões clássicas, como apregoavam seus defensores de meados do século. Não serviria para dinamizar o latifúndio supostamente improdutivo, aumentando a oferta de alimentos e barateando a alimentação.

Mas vamos às origens da questão. O modelo de industrialização adotado no Brasil teve várias conseqüências. Por exemplo, o Brasil inverteu seu perfil populacional em quatro décadas. O Brasil, cuja população era majoritariamente rural, em menos de 40 anos passou a ser um país predominantemente urbano.

Para viabilizar esse processo, diversas coisas foram feitas. Vou destacar algumas. A agricultura teve que se tecnicizar, substituindo por capital a mão-de-obra que se transferiu para as cidades. Além disso, foi necessário investir pesadamente em infra-estrutura, construir estradas, eletrificar o interior etc. E, por último, foi necessário manter os preços agrícolas baixos, em nível compatível com os salários da então nascente indústria. Vários instrumentos foram usados para segurar os preços da alimentação: importação de produtos agrícolas, subsídio a alguns produtos, confisco cambial nas exportações, tabelamentos, enfim, medidas que prejudicaram a rentabilidade da agricultura.

Ou seja, a atividade econômica agrícola foi penalizada, mas a terra, como reserva de valor, foi favorecida pelos investimentos em infra-estrutura. Isso criou forte estímulo à urbanização. É o que o Paulo Rabello chamou de "paradoxo da liquidação": as condições da produção são inaceitáveis, mas a terra vale. Aí, o pequeno e médio produtor liquida sua posição. Vende a terra e vai para as cidades.

Esse quadro é irreversível. A reforma agrária não reverterá o perfil populacional. Mas pode aliviar tensões. Acho que deveríamos ter duas prioridades na questão agrária. A primeira seria apoiar a pequena produção, para estancar ou reduzir a fuga de trabalhadores do campo para as cidades. A segunda seria intensificar os assentamentos rurais, tendo claro que essa reforma da estrutura fundiária tem objetivos sociais. A reforma não é econômica, não é para a produção. Não irá gerar um agricultor mais eficiente do que o atual produtor profissional. É, sim, uma ação social que objetiva aliviar tensões rurais e urbanas, dando tempo para educar as próximas gerações do meio rural. É muito mais barato manter o homem no campo do que resolver o problema na favela da cidade. E fazer tudo isso sabendo que você, na melhor das hipóteses, conseguirá estancar o êxodo rural. Revertê-lo é impossível. Você não volta atrás.

REGIS ALIMANDRO